

USO DOS RESULTADOS EM AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Eliana Gonsalves da Silva Ribeiro¹, Cristina Zukowsky Tavares²

Abstract: Review studies are relevant to the knowledge of a particular theme in the literature. Understanding the state of the art in the use of results in evaluation in Brazilian Basic Education allows for reflecting on the applicability of the results obtained in external evaluations. Analyzing these results can help in the planning and reorientation of policies and effective pedagogical actions. Therefore, it is questioned: "What does the national scientific literature present about the use of external evaluations in Basic Education?". The objective is to identify in the national scientific literature studies the use of the results of external evaluations. The survey took place in the databases Capes, SciELO, and Google Scholar in the years 2020, 2021, and 2022 in Brazil. Of the 89 articles identified, 13 were classified for full reading and analysis. The results indicate that the data are being used for various purposes, such as the critical analysis of public policies, the remodeling of goals, the promotion of continuing education and/or workshops to teachers, holding assemblies to discuss the results, the identification of learning problems, the development of intervention plans, the development of actions for students, the change of pedagogical practices, and school reinforcement. We suggest new review studies with a broader time frame. It is necessary to continue critically and purposefully questioning the effectiveness of policies and practices committed to ensuring the right to learning for all students.

Keywords: Basic education, External evaluation, Evaluation of systems, Large-scale evaluation, Use of results.

Resumo: Estudos de revisão são relevantes para a tomada de conhecimento de determinada temática na literatura. Entender o estado da arte sobre o uso dos resultados em avaliação na Educação Básica brasileira permite refletir na aplicabilidade dos resultados obtidos nas avaliações externas. Analisar esses resultados pode auxiliar no planejamento e na reorientação de políticas e ações pedagógicas efetivas. Portanto, questiona-se: "O que a literatura científica nacional apresenta sobre o uso das avaliações externas na Educação Básica?". O objetivo é identificar, na literatura científica nacional, estudos sobre o uso dos resultados de avaliações externas. O levantamento ocorreu nas bases de dados Capes, SciELO e Google Acadêmico nos anos de 2020, 2021 e 2022 no Brasil. Dos 89 artigos identificados, 13 foram classificados para leitura completa e análise. Os resultados apontam que os dados estão sendo utilizados para diversas finalidades, tais como a análise crítica de políticas públicas, a remodelação de metas, a promoção de formação continuada e/ou oficinas aos professores, a realização de assembleias para discutir os resultados, a identificação de problemas de aprendizagem, a elaboração de planos de intervenção, o desenvolvimento de ações para os alunos, a mudança de práticas pedagógicas e reforço escolar. Sugerimos novos estudos de revisão com um recorte temporal mais amplo. É preciso continuar a questionar crítica e propositivamente a efetividade de políticas e práticas comprometidas com a garantia do direito de aprendizagem a todos os estudantes.

Palavras-chave: Educação Básica/Ensino básico, Avaliação externa, Avaliação de sistemas, Avaliação em larga escala, Uso dos resultados.



¹ Mestranda em Educação no Centro Universitário Adventista de São Paulo, Unasp, Brasília, Brasil. E-mail: eliana.gonsalves@outlook.com

² Pós-Doutora em Educação pela USP. Docente Pesquisadora no Mestrado Profissional de Educação no Centro Universitário Adventista de São Paulo, Unasp, Engenheiro Coelho, Brasil. E-mail: cristina.tavares@acad.unasp.edu.br

Estudos sobre a utilização pedagógica dos resultados de avaliações externas vêm conquistando espaço na literatura. Há pesquisadores se dedicando a realizar investigações específicas sobre o uso de resultados a fim de evidenciar ações voltadas para o estabelecimento de uma cultura de apropriação e o uso dos resultados (Calderón & Borges, 2020; Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020).

Neste estudo, tratamos da revisão de literatura sobre o uso de resultados da avaliação externa, também conhecida como avaliação de sistemas ou avaliação em larga escala. Para Machado (2012, p. 2), “Avaliação externa é todo processo avaliativo do desempenho das escolas desencadeado e operacionalizado por sujeitos alheios ao cotidiano escolar”, ou seja, quem formula a avaliação externa deve ser alguém que não faça parte do ambiente avaliado. Portanto, são imprescindíveis pesquisas que indiquem a qualidade de trabalhos desenvolvidos e o alcance de proficiências variadas que orientarão novas políticas educacionais para atender aos indicadores de qualidade observados e impactá-los, buscando índices mais satisfatórios de desempenho (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Machado, 2012).

De acordo com literatura brasileira pesquisada, a relevância da avaliação externa é impulsionada a partir dos adventos sociais, tais como a “Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”, aprovada em 1990 em Jomtien, Tailândia, a qual buscava assegurar o direito à educação para todos. Assim, é necessário criar um suporte com informações fiáveis e conectado às necessidades essenciais da aprendizagem dos estudantes, orientando a concepção e o acompanhamento das políticas públicas, o que deu início, no Brasil, ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 1991, institucionalizado em 1994 e consolidado depois dos anos 2000. A proposta do Saeb é monitorar a Educação Básica, via o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de dois em dois anos (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Calderón & Borges, 2020; Lélis & Hora, 2020; Machado, 2012; Monte & Vidal, 2020; Silva & Sousa, 2022; Silva et al., 2021; Souza & Silva, 2022).

Algumas modificações foram realizadas no Saeb após uma década, quando se estabeleceram a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), esta popularmente chamada de Prova Brasil, destinada a alunos matriculados no 5.º e 9.º anos do Ensino Fundamental das escolas públicas do País. As mudanças não param. Em 2013, passa a fazer parte do sistema a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), e em 2017 as escolas privadas começam a fazer parte da avaliação e seus resultados, e em 2019 unificam-se todas as provas em um único instrumento denominado Saeb, extinguindo-se, assim, as demais siglas (Monte & Vidal, 2020).

Levando em consideração a obrigatoriedade da Educação Básica, formada pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio, a qual compreende estudantes dos 4 aos 17 anos de idade, e tendo a intenção de que todos os educandos possuam uma formação comum e de preparar os cidadãos para prosperarem tanto em suas atividades profissionais quanto em estudo, esta revisão de literatura engloba esse segmento.

Diante do panorama exposto, pretende-se responder ao seguinte questionamento: “O que a literatura científica nacional nos apresenta nos anos de 2020 a 2022 sobre o uso de resultados das avaliações externas na Educação Básica?”. Os três anos selecionados se referem ao período mais recente anterior a data da revisão. O objetivo da pesquisa foi de identificar e

analisar estudos presentes na literatura científica nacional sobre o uso dos resultados nas avaliações externas no Brasil.

MÉTODO

Um estudo de revisão integrativa da literatura “permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo”. Esse método tem a intenção de formular uma análise de grande abrangência literária, auxiliando em futuras reflexões e conclusões de pesquisas, e tem como meta uma compreensão profunda de determinado assunto, embasando-se em estudos realizados (Mendes, Silveira & Galvão, 2008).

O método ³utilizado reúne várias publicações discutidas neste artigo, originando uma análise detalhada dos estudos vigentes no Brasil nesse período. A escolha por artigos brasileiros se deu pelo interesse da pesquisa em entender o uso dos resultados em avaliação externa no País. Para tanto, foi realizado um levantamento nas bases de dados Capes, SciELO e Google Acadêmico de 2020 a 2022. Os três anos que precederam a data de coleta foram escolhidos como um recorte temporal recente, representando os artigos mais atualizados sobre o assunto e limitando a quantidade para uma análise mais minuciosa.

Dos 89 artigos identificados, 75 registros foram excluídos inicialmente e 13 foram classificados para leitura completa e análise qualitativa, pois atendiam ao objetivo previsto. A busca da literatura ocorreu no mês de outubro de 2022, e percebe-se que não houve uma variação significativa no resultado de estudos que abordam a temática pesquisada dentro do período proposto. Os termos-chave utilizados na busca foram: “Uso dos resultados” AND “Avaliação Externa” OR “Avaliação de Sistemas” OR “Avaliação em larga escala” AND “Educação Básica”. A investigação selecionou artigos científicos de pesquisas realizadas no Brasil, publicadas em português, e foi sutilmente remodelada de acordo com as características de cada base de dados e resultados obtidos. Todos os artigos selecionados foram identificados com uso de uma tabela, especificando-se ano, título, autor, amostra, tipo de estudo, instrumento utilizado, revista e base.

CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

Após o levantamento e a análise dos artigos coletados, foram elencados os artigos que se enquadraram nos critérios que cooperam para a compreensão e solução da questão norteadora deste estudo. Foram selecionados estudos publicados nos três últimos anos, de 2020 a 2022. É importante destacar que além do recorte temporal, a população – Educação Básica – foi critério para eleger artigos ou rejeitá-los. Estudos focados apenas em uma área do conhecimento específica foram descartados.

³ Revisão integrativa da literatura - metodologia de pesquisa que busca a consolidação, análise e a interpretação de estudos existentes de forma holística do conhecimento disponível sobre um tema específico.

Os artigos escolhidos abordam a avaliação em larga escala como temática central. Após uma análise cuidadosa, optou-se por selecionar uma amostra representativa desses artigos para interpretação e discussão.

Neste estudo, foram utilizados os princípios da Declaração PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses), que compreende um diagrama de fluxo com quatro fases, os quais foram adotadas para aperfeiçoar a qualidade e consistência desta revisão. Este método, não apenas oferece uma estrutura sólida para a análise dos estudos incluídos, mas também contribui para a confiabilidade dos resultados apresentados.

FONTES DE PESQUISA, PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS ELEITOS

A partir das bases de dados e de termos de busca selecionados em determinado recorte temporal, organizou-se o quadro a seguir:

Quadro 1 – Descritores utilizados nas respectivas bases de dados consultadas

Descritores na estratégia de busca			
Fonte	Quantidade de artigos encontrados	Descritor	Campo
CAPES	15	"Uso dos resultados" E "Avaliação externa" E "Educação Básica"	Qualquer campo
GOOGLE ACADÊMICO	73	"Uso dos resultados" AND "Ensino básico" AND "Avaliação Externa" OR "Avaliação de Sistemas" OR "Avaliação em larga escala"	Qualquer tipo
SCIELO	1	"Uso dos resultados" AND "Educação Básica"	Todos os índices
Total – 89			

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Foi utilizada uma tabela do programa Excel para organização dos dados reunindo as seguintes informações: ano de publicação, título, autor, tipo de estudo, base pesquisada, *link* para acesso à publicação e resumo da obra.

CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS

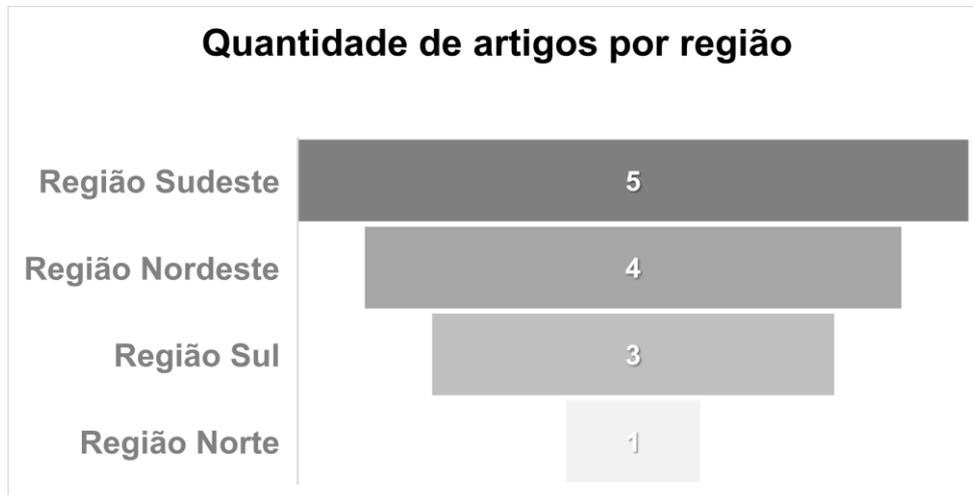
Dos artigos designados para esta revisão de literatura, 69% foram encontrados na base do Google Acadêmico (Basso, Ferreira & Oliveira, 2022; Borges, Sampaio & Corte, 2021; Lélis & Hora, 2020; Lima & Luce, 2022; Monte & Vidal, 2020; Passone, Martins & Rosa, 2021; Passone

& Roncoli, 2022; Silva & Sousa, 2022; Souza & Silva, 2022) e 31% na Capes, totalizando 13 artigos selecionados que abordam a temática sobre a utilização dos resultados de avaliações externas (Calderón & Borges, 2020; Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020; Menezes & Kistemann Junior, 2021; Silva et al., 2021). É importante ressaltar que o único artigo encontrado na plataforma SciELO foi excluído por estar fora do período proposto.

Dos estudos selecionados, destacam-se os autores e revistas, localização geográfica das produções acadêmicas, recortes e amostras de pesquisas, evidenciando as tendências predominantes nos resultados, conforme descrito a seguir:

- As amostras estão publicadas nas revistas: Educação e Políticas em Debate, Teias, Meta: Avaliação, Olhar de Professor, Estudos em Avaliação Educacional, BOCEHM - Boletim Cearense de Educação e História da Matemática, Revista @mbiente Educação, Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Revista Educere et Educare, Revista Cocar, Revista Educação em Questão, Jornal de Políticas Educacionais e Revista Práxis Educacional.
- Maior produção científica sobre a temática pesquisada se encontra em 2021, em que se concentram 38% dos estudos (Basso, Ferreira & Oliveira, 2022; Borges, Sampaio & Corte, 2021; Menezes & Kistemann Junior, 2021; Silva et al., 2021).
- Menezes, Kistemann Junior e Passone possuem mais de uma publicação sobre o tema no período pesquisado (Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020; Menezes & Kistemann Junior, 2021; Passone & Roncoli, 2022; Passone, Martins & Rosa, 2021).
- Os estados brasileiros com produções sobre o tema são: Ceará, Alagoas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Pará. Destaca-se a região Sudeste com 38% das publicações, seguida da região Nordeste com 31% de investigações na área, conforme sinalizado no Gráfico 1. Não foram identificadas publicações na região Centro-Oeste.
- Quatro produções acadêmicas focam em avaliações externas de sua região, tais como Spaece, Saveal, Saresp (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020; Menezes & Kistemann Junior, 2021; Lima & Luce, 2022).
- Dois trabalhos identificaram a série da Educação Básica pesquisada, e desses, 100% foram abordagens com o 9.º Ano do Ensino Fundamental. São eles: As possibilidades do uso dos resultados do Spaece para subsidiar a gestão pedagógica e a aprendizagem discente numa escola de Ensino Médio no Ceará (Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020) e Plano de Ação Educacional para a formação continuada de professores: uma proposta para o uso pedagógico dos dados do Spaece (Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020).

Gráfico 1 – Quantidade de artigos publicados por região do País



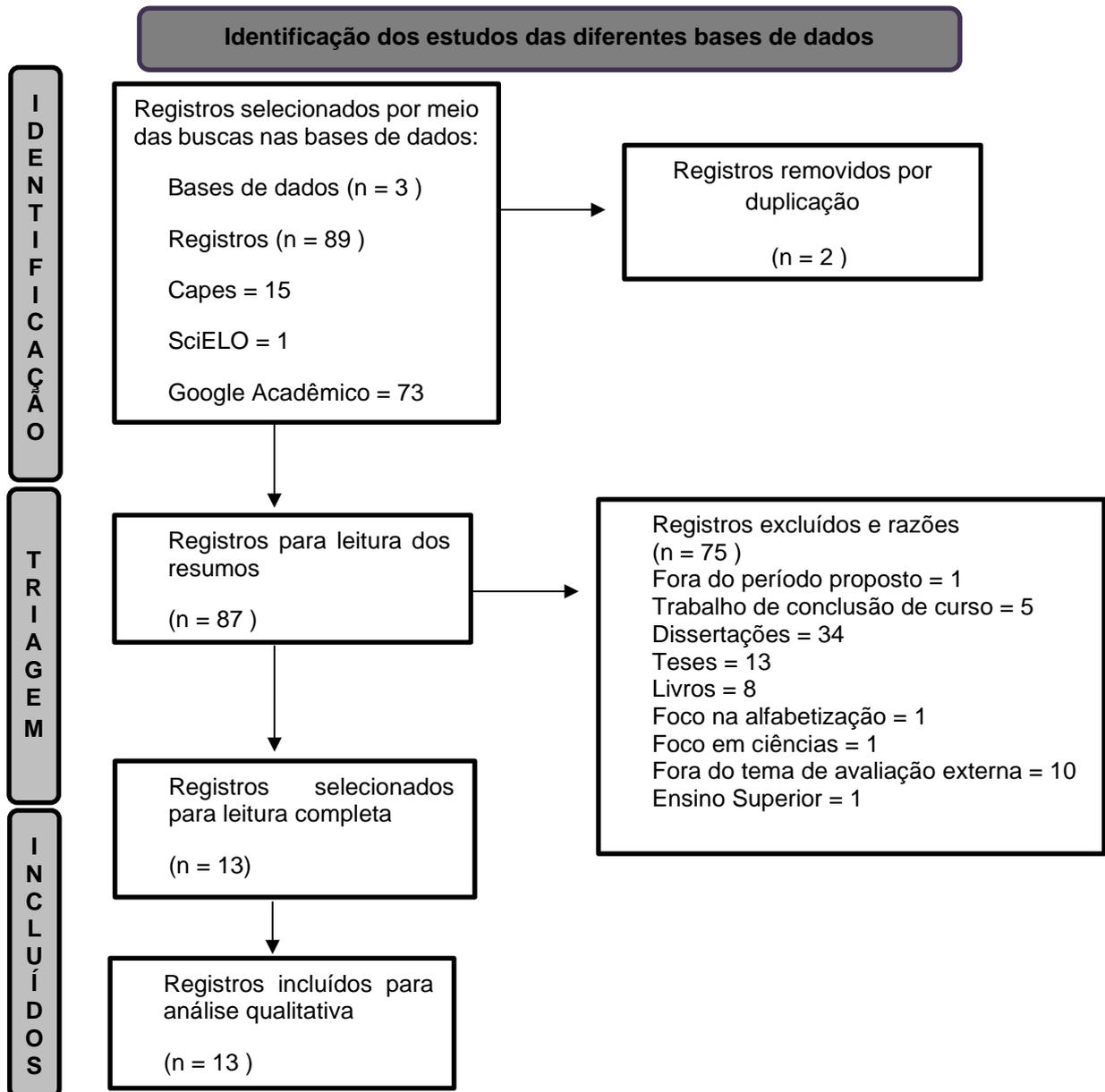
Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante uma análise de registros em diferentes bases de dados, é comum que sejam encontrados alguns artigos duplicados, outros fora do tema proposto e do período, entre outros fatores que podem prejudicar a precisão dos resultados. Por esse motivo, é importante realizar uma tabulação criteriosa dos dados a fim de identificar e remover esses registros. Mais informações sobre os registros de exclusão podem ser encontradas na Figura 1.

Esta revisão da literatura compreende estudos com abordagens metodológicas qualitativas, para alcançar os objetivos propostos. Entre elas, destacam-se os quatro estudos com pesquisas de campo, os quais coletam dados diretamente no ambiente em que ocorrem os fenômenos investigados, e oito estudos de revisão de literatura e análise documental.

Figura 1 – Prisma



Fonte: Moher et al. (2010) The PRISMA Group (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta - Analyses: The PRISMA Statement. PLoS Med 6(7): e100097. doi: 10.1371/journal.pmed100009

A seguir, o Quadro 2 expõe a descrição dos estudos inventariados logo após leitura completa dos artigos selecionados e que embasaram esta revisão integrativa de literatura, organizados por ano, título, autor, tipo e base.

Quadro 2: Distribuição dos artigos por ano, título do artigo, autores, tipo e base de pesquisa

Ano	Título	Autores	Amostra	Tipo de estudo	Instrumento utilizado	Revista	Base
2020	As possibilidades do uso dos resultados do Spaece para subsidiar a gestão pedagógica e a aprendizagem discente numa escola de Ensino Médio no Ceará	Kistemann Junior, Menezes & Vilard	16	Qualitativo Estudo de caso	Entrevista Semiestruturada	Revista Educação e Políticas em Debate	Capex
2020	Avaliações de larga escala em municípios brasileiros no Catálogo de teses e dissertações Capes	Monte & Vidal	Bibliográfica	Qualitativo Revisão da literatura	Pesquisa bibliográfica (Base de Dissertações e teses Capes)	Revista Teias	Google Acadêmico
2020	Avaliação em larga escala na Educação Básica: usos e tensões teórico-epistemológicas	Calderón & Borges	Bibliográfica	Qualitativo Ensaio teórico	Escrita crítico-reflexiva sobre recorte teórico feito pelos autores em documentos e publicações na área	Revista Meta: Avaliação	Capex
2020	Implicações da política de avaliação na produção da qualidade educacional	Lélis & Hora	Bibliográfica	Qualitativo Revisão narrativa da literatura	Escrita crítico-reflexiva sobre recortes teóricos feitos pelas autoras incluindo pesquisa em Teses e Dissertações da Base Capes	Olhar de Professor	Google Acadêmico
2021	Ideb e políticas educacionais em quatro municípios da Grande Vitória	Silva et al.	Bibliográfica	Qualitativo	Análise documental e entrevistas	Estud. Aval. Educ.	Capex
2021	Plano de Ação Educacional para a formação continuada de professores: uma proposta para o uso pedagógico dos dados do Spaece	Menezes & Kistemann Junior	8	Qualitativo Estudo de caso	Entrevista semiestruturada	BOCEHM Boletim Cearense de Educação e História da Matemática	Capex
2021	Produção científica sobre avaliação e autoavaliação educacional:	Passone, Martins & Rosa	Bibliográfica	Qualitativo Revisão da Literatura	Pesquisa bibliográfica na Base de Periódicos Capes	Revista @mbiente Educação	Google Acadêmico

	interfaces com a gestão escolar				e análise de conteúdo		
2021	Uso das avaliações de larga escala na formulação de políticas públicas educacionais	Basso, Ferreira & Oliveira	2	Qualitativo	Análise documental, questionário fechado e entrevistas semiestruturadas	Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.	Google Acadêmico
2021	Usos dos resultados do Saresp na produção de conhecimento publicada em periódicos científicos nacionais (1996-2018)	Borges, Sampaio & Corte	Bibliográfica	Qualitativo Revisão de Literatura (nacional) 1996-2018	Pesquisa bibliográfica Base de dados SciELO e Portal Educ@	Revista Educere et Educare	Google Acadêmico
2022	Diálogos sobre a avaliação em larga escala e suas implicações no trabalho docente	Souza & Silva	3	Qualitativo Estudo de caso	Entrevistas semiestruturadas	Revista Cocar	Google Acadêmico
2022	Motivações para a criação de avaliação educacional em larga escala por municípios brasileiros	Silva & Sousa	Bibliográfica	Metassíntese Qualitativa	Pesquisa bibliográfica na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	Revista Educação em Questão	Google Acadêmico
2022	Revisão da literatura sobre os estudos de responsabilização escolar no Brasil	Passone & Roncoli	Bibliográfica	Qualitativo	Pesquisa bibliográfica na base de dados de periódicos da Capes	Jornal de Políticas Educacionais	Google Acadêmico
2022	Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas – Saveal: para ou contra a democratização da/na Educação Básica?	Lima & Luce	Documental	Qualitativo	Pesquisa bibliográfica e Análise Documental Análise documental	Revista Práxis Educacional	Google Acadêmico

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Kistemann Junior, Menezes e Vilard (2020) realizaram uma pesquisa de caso em uma escola estadual em Aratuba (CE) com o objetivo de explorar as oportunidades de uso pedagógico dos dados do Spaece para melhorar a aprendizagem dos alunos do 1.º Ano do Ensino Médio. O estudo propôs um Plano de Ação Educacional (PAE) para estabelecer uma cultura de uso dos

resultados do Spaece, capacitar os professores em avaliação educacional e elaborar ações para melhorar o aprendizado dos estudantes. Como resultado, foi observado que os professores precisam de um conhecimento mais aprofundado sobre o Spaece e que há falta de uma abordagem colaborativa entre professores e o núcleo gestor para a utilização adequada dos resultados do Spaece visando aprimorar as práticas de ensino e a aprendizagem dos alunos.

O artigo de Monte e Vidal (2020) apresentou uma pesquisa com produções acadêmicas sobre políticas de avaliação em municípios brasileiros utilizando o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes de 2005 a 2017 com o objetivo de esclarecer o tema nos estudos acadêmicos. Os resultados desse estudo destacaram o envolvimento dos atores escolares na implementação de estratégias para melhorar os indicadores educacionais e a limitação da margem de manobra dos gestores na implementação das políticas devido à centralidade das avaliações de larga escala.

A pesquisa de Calderón e Borges (2020) possui reflexões teóricas que discutem sobre usos e apropriações das avaliações em larga escala na produção científica brasileira, com o objetivo de examinar como esses instrumentos são utilizados e incorporados na produção científica do Brasil. O estudo concentra-se principalmente nas considerações teóricas e com o propósito de examinar as maneiras pelas quais as avaliações afetam a produção científica nacional. Destaca-se a análise das tensões teóricas e epistemológicas, dando ênfase às dicotomias e ao maniqueísmo resultantes desse embate. O resultado da pesquisa aponta para a existência de uma comunidade científica hegemônica nos estudos críticos das avaliações em larga escala que compartilham um conjunto comum de princípios e estabelecem uma racionalidade valorativa na ação de seus membros, direcionada a um empreendimento político comum.

Lélis e Hora (2020) analisam em sua pesquisa, como o conceito de qualidade é construído e como essa construção afeta a política educacional. O objetivo central é compreender as concepções de qualidade presentes nos Planos de Ação Educacional (PAEs) indicados nas produções acadêmicas em relação às avaliações externas. Diferentes ideias de qualidade presentes nos Planos de Ação Educacional foram examinadas considerando as avaliações externas e os trabalhos científicos disponíveis. Como resultado, o estudo indicou que a política de avaliação nacional é amplamente aceita e tem forte impacto na produção da qualidade educacional, que é frequentemente avaliada de maneira quantitativa e vista como um valor instrumental.

A pesquisa realizada por Silva et al. (2021) examina as políticas educacionais e as medidas adotadas em quatro municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, todas fundamentadas nos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O objetivo é analisar as políticas educacionais e ações tomadas pelos municípios, que foram criadas com base no IDEB. Nos resultados, o estudo relatou que há contradições nessas

políticas, uma vez que, embora existam iniciativas para melhora das escolas, há uma ênfase crescente em avaliações e rankings que podem comprometer a autonomia dessas escolas.

Conduzido por Menezes e Kistemann Junior (2021), a pesquisa foi realizada para descobrir como os resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece) poderiam ser aplicados. O objetivo da pesquisa foi desenvolver uma cultura de uso dos resultados do Spaeece na escola, para melhorar a aprendizagem dos alunos do 1.o Ano do Ensino Médio de uma escola estadual em Aratuba, Ceará. Como resultado, o estudo culminou na formulação de um Plano de Ação Educacional (PAE), o qual foi concebido com a finalidade de desenvolver uma cultura de utilização efetiva dos resultados do Spaeece na referida escola

A pesquisa de Passone, Martins e Rosa (2021) analisa trabalhos científicos sobre gestão escolar. O objetivo do estudo foi analisar trabalhos científicos sobre gestão escolar com o objetivo de identificar as dimensões mais relevantes e fornecer uma visão abrangente do interesse acadêmico sobre o tema. O artigo discute a dimensão da avaliação educacional e autoavaliação, apresentando o resultado da análise de 28 artigos publicados entre 2009 e 2020 que indicam evidências de que as avaliações externas ainda mantêm sua relevância e geram conflitos nas relações entre as escolas, redes e sistemas educacionais.

A pesquisa de Basso, Ferreira e Oliveira (2022), foi conduzido em três etapas, incluiu análise documental, questionário e entrevistas com representantes estaduais. Com objetivo de avaliar os resultados das avaliações de larga escala, especificamente no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e como são utilizados para formular políticas públicas educacionais no Brasil. No término, o estudo discute que os resultados são usados principalmente para gestão, formação de professores, disseminação de informações, produção de materiais pedagógicos, distribuição de recursos e políticas salariais. No entanto, reforça-se que é necessário ampliar a utilização dessas informações para além do desempenho dos alunos em testes cognitivos.

Na pesquisa feita por Borges, Sampaio e Corte (2021) apresenta o resultado de uma análise da produção de conhecimento sobre o uso dos resultados do Saesp em periódicos científicos brasileiros entre 1996 e 2018. O objetivo do estudo era apresentar os indicadores da produção e analisar os principais usos mencionados pelos autores. De acordo com as informações coletadas, os resultados do estudo fornecem uma visão abrangente das diversas facetas de como o Saesp tem sido aplicado no contexto educacional brasileiro. Os dados apresentados se concentram em ações, como a criação de boletins de desempenho disponibilizados às escolas participantes da avaliação, além da divulgação dos resultados que adotou uma perspectiva propagandística, evidenciando uma ênfase maior no aspecto de promoção política. O estudo revela um foco excessivo na formação do corpo docente, acompanhado pela culpabilização de professores e instituições, sistemas de bonificação baseados nos resultados, ajustes nos

planejamentos após a divulgação dos resultados, bem como uma adaptação curricular em resposta às demandas da avaliação. Destaca-se o monitoramento constante das autoridades, que supervisionam, desde o entendimento dos resultados até a formulação de ações diretas para abordar pontos fracos ou problemas revelados pelo desempenho nas provas.

A pesquisa de Souza e Silva (2022) optou por uma abordagem qualitativa de um estudo de caso que utilizou revisão bibliográfica e entrevistas como estratégias de coleta de dados. O objetivo discutir como as avaliações externas afetam o trabalho dos professores e como as políticas educacionais são estabelecidas com base nesses resultados. Os resultados desse estudo das avaliações são mais usados para fins de prestação de contas, em vez de serem utilizados para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Isso tem um impacto negativo na autonomia pedagógica dos professores, afetando diretamente seu trabalho em sala de aula.

A pesquisa de Silva e Sousa (2022) expõe os resultados de um estudo que analisou as motivações de municípios brasileiros na criação de avaliações próprias de larga escala a fim de desenvolver a qualidade do ensino. O objetivo foi investigar as razões pelas quais os municípios brasileiros optam por desenvolver suas próprias avaliações, tendo como base a descoberta de estudos sobre avaliação em larga escala realizados em nível municipal no Brasil durante o período de 2004 a 2020. Como resultado percebeu-se que embora as motivações variem, a associação entre avaliação e qualidade da educação é comum às iniciativas municipais e está relacionada aos sistemas nacional e estaduais de avaliação da Educação Básica. Concluiu-se que as avaliações externas aplicadas pelo Governo Federal frequentemente apresentam resultados pouco encorajadores em relação à melhoria do desempenho dos estudantes. Apesar disso, há uma persistente crença no potencial dessas avaliações para impulsionar a qualidade da aprendizagem.

Em uma pesquisa sobre o “estado do conhecimento”, Passone e Roncoli (2022) analisaram publicações acadêmicas sobre políticas de responsabilização escolar sob a concepção de *accountability*. O objetivo da pesquisa foi analisar os artigos publicados nos últimos dez anos no Portal de Periódico da Capes resultou em 46 artigos identificados. A pesquisa foi qualitativa, com dados analisados por análise de conteúdo, e como resultado apresentou um crescimento na pesquisa nacional em *accountability* em áreas, como avaliação, gestão, políticas de responsabilização e reforma educacional.

A pesquisa de Lima e Luce (2022) exhibe um estudo sobre o Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas (Saveal) e sua implementação no governo de José Renan Calheiros Filho de 2015 a 2021. O estudo do Saveal é estabelecido de maneira histórica e sociopolítica e na sua utilização de testes de rendimento aos estudantes. O objetivo é estimular os participantes do processo

educacional das escolas públicas de Educação Básica em Alagoas e em outros lugares a não aceitarem a presença de empresas privadas e indivíduos alheios ao serviço público nas escolas públicas. Utilizando metodologia bibliográfica e documental, observa-se como resultado um aumento na ênfase da meritocracia e privatização na gestão político-educacional, prejudicando a democratização da educação pública. O estudo acredita na avaliação externa e em larga escala como uma ferramenta relevante para auxiliar na gestão dos sistemas e instituições escolares, como se fossem a solução “milagrosa” para os problemas educacionais e da gestão escolar.

Os estudos listados discutem a avaliação externa e o uso dos resultados para melhoria de proficiências, destacando, por exemplo, como objetos de atenção: a avaliação em larga escala, a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica no Brasil (Saeb), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o domínio de competências e habilidades básicas, a classificação do uso dos resultados em categorias e dimensões, políticas públicas, políticas de responsabilização e *accountability*, a realização de intervenções e a eficácia escolar (Basso, Ferreira & Oliveira, 2022; Borges, Sampaio & Corte, 2021; Calderón & Borges, 2020; Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020; Monte & Vidal, 2020; Passone & Roncoli, 2022; Silva et al., 2021).

As investigações analisadas apontam que desde a década de 80 as políticas voltadas à qualidade de ensino entraram em cena devido à percepção de uma má qualidade educacional, responsabilizando o fato da ampliação do acesso ao ensino, período em que foi possível constatar que o mercado de trabalho exigia dos trabalhadores melhor qualificação e pressão social e econômica. Dessa forma, nasceu, de maneira ainda tímida, a necessidade de mensurar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Tal iniciativa foi ganhando força na década de 90, após a “Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” em Jomtien, Tailândia (Basso, Ferreira & Oliveira, 2022; Borges, Sampaio & Corte, 2021; Lima & Luce, 2022).

Pesquisas discutem o intuito de minimizar a desigualdade educacional nas escolas brasileiras a partir dos resultados apresentados, que trazem dados importantes sobre o desempenho dos estudantes, sendo esse o ponto primário a ser analisado. Objetivou-se o desenvolvimento de estratégias para atingir os moldes de países desenvolvidos referenciados pelo Programa Internacional de Avaliação da Aprendizagem (Pisa), em resposta às diretrizes do Banco Mundial. Portanto, os estados e municípios, bem como o Governo Federal, têm sua parcela de responsabilidade quanto ao avanço dos propósitos apontados pelo Ministério da Educação (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Menezes & Kistemann Junior, 2021; Monte & Vidal, 2020).

Outro ponto relevante observado nas investigações é a exposição de que as avaliações externas possibilitam a percepção dos avanços no que diz respeito às políticas públicas. Após o Brasil criar o Saeb, foi possível fixar intenções, observar o progresso, publicar os desempenhos obtidos e identificar costumes e condutas presentes nas escolas. Além de contribuir para a destinação de recursos, os profissionais da área podem realizar seus pareceres e propor regulações e reorientações nos processos baseados na análise dos resultados do instrumento da avaliação, fundindo o fazer pedagógico com o trabalho da gestão educacional.

Quando o gestor faz parte do processo com todos os demais envolvidos, realizando coletivamente a análise, apropriação e debate sobre os dados, oportuniza a agregação de componentes externos com intuito de direcionar estrategicamente ações da liderança (Basso, Ferreira & Oliveira, 2022; Borges, Sampaio & Corte, 2021; Menezes & Kistemann Junior, 2021; Monte & Vidal, 2020; Passone, Martins & Rosa, 2021; Silva et al., 2021).

As pesquisas de Silva e Sousa (2022) revelam que a implantação, ou a intenção de vários municípios de possuir uma avaliação própria, se intensificou em 2005, e investigaram o motivo dessas criações, uma vez que existe o Saeb. O estudo mostrou que, devido ao entendimento de que a LDBEN mensura a qualidade educacional por meio de um instrumento de avaliação, os municípios foram influenciados a instituir seu próprio programa de avaliação em larga escala, além de poderem obter um acesso mais amplo a cada unidade e aluno, além de divulgação mais rápida de seus resultados, sendo possível constatar a veracidade dos dados apresentados pelo Saeb com a intenção de que servisse para criar alguma estratégia a fim de alcançar novos índices, além da intenção de melhoria educacional (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Menezes & Kistemann Junior, 2021; Silva & Sousa, 2022).

Evidenciou-se que a mera divulgação dos resultados não é suficiente para apropriação pela equipe docente. Na literatura, há a percepção de que algumas instituições utilizam os programas municipais como treino para testagens estaduais ou do nível federal. Independentemente dos motivos da criação de um programa próprio de avaliação no município, o princípio dos processos avaliativos é o aprimoramento dos dados em prol da busca pela qualidade do ensino. Para tanto, as investigações abordam sobre o uso dos resultados, a fim de elaborar intervenções na aprendizagem dos alunos com o intuito de nortear o trabalho do professor também (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Menezes & Kistemann Junior, 2021; Silva & Sousa, 2022).

Encontrou-se, em um estudo recente, intitulado "Uso das avaliações de larga escala na formulação de políticas públicas educacionais", em que os resultados das avaliações de larga escala estão sendo utilizados com três finalidades: para planejar ações, para estipular metas e para a formação dos profissionais da área de educação. Nessa mesma pesquisa, os autores apontam para seis dimensões da utilização dos resultados, sendo as mais frequentes: Gestão –

referente ao planejamento de políticas; Formação – relativa a proporcionar formações baseadas nas evidências apontadas na análise de resultados; e Informativa – ligada à divulgação com transparência dos dados a todos os envolvidos. As dimensões com menos frequência são alusivas a material pedagógico, recursos e políticas salariais (Basso, Ferreira & Oliveira, 2022).

A matriz de referência é outra questão pertinente, uma vez que ela divulga os saberes básicos que se pretendem avaliar. Assuntos como a metodologia da Teoria de Resposta ao Item (TRI), criada em 1995 e empregada na construção e análise das avaliações em larga escala, ampliam a perspectiva da Teoria Clássica dos Testes (TCT), em que a nota do estudante é equivalente à quantidade de acertos na prova. O desconhecimento entre os profissionais de educação das novas metodologias de construção dos testes aponta também para a necessidade de formação docente a fim de tratar dos mais diferentes assuntos pertinentes a essa temática (Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020; Menezes & Kistemann Junior, 2021; Monte & Vidal, 2020).

A formação continuada é um importante quesito que pesquisadores em avaliação em larga escala reforçam. Entre os 13 artigos pesquisados, oito destacam que é necessária a formação continuada para orientação, visando à utilização dos dados por meio de uma análise sistemática das informações obtidas e a reflexão das influências que levaram a tal resultado, a fim de sanar as defasagens constatadas para melhorar o desempenho dos alunos. Foi detectado um grande interesse dos docentes em participar de formações, porém o excesso de afazeres profissionais, aliado à falta de apoio da gestão, tem sido um empecilho também (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020; Passone, Martins & Rosa, 2021; Silva et al., 2021; Souza & Silva, 2022).

E, por fim, outros estudos tratam do planejamento, apontando que as instituições de ensino devem empregar seus esforços nos fatores de sua competência: os interescolares, usufruindo dos resultados das avaliações em larga escala para identificar, planejar e tratar as lacunas, a fim de garantir a atenção para o desenvolvimento das proficiências com baixo desempenho (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Calderón & Borges, 2020; Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020; Passone, Martins & Rosa, 2021).

Cabe destacar a preocupação dos estudiosos com a política de rankings, pressão por resultados, bônus para professores, solicitação para que alunos com baixo desempenho não compareçam para realizar a avaliação, competição entre as escolas e foco na matriz de referência, desconsiderando aspectos importantes, ignorando o currículo e desviando-se do foco principal de tratamento das lacunas de defasagem observadas por meio das avaliações externas. Além disso, desde 1990, quando foi instituído o Estado-Avaliador, discute-se a questão da mera culpabilização dos profissionais da educação pelos resultados educacionais, podendo acarretar prejuízos à educação.

Assim, percebe-se o surgimento de uma cultura de responsabilização, proporcionando uma falsa impressão de que os resultados possam avaliar também a escola e os professores. A intensa busca de culpados produz sentimento de fracasso na equipe pedagógica, desencadeando o sentimento de punição intangível, humilhação e ressentimento (Basso, Ferreira & Oliveira, 2022; Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020; Monte & Vidal, 2020; Passone & Roncoli, 2022).

Há insatisfação proveniente principalmente dos docentes sobre a forma como a publicação do resultado é realizada, de maneira classificatória, mesmo havendo realidades diferentes e com a mesma avaliação, ignorando os aspectos qualitativos de cada unidade escolar e o perfil socioeconômico das famílias, bem como o nível de escolaridade. Em outras palavras, é preciso que elementos internos e externos sejam ponderados (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Silva et al., 2021; Souza & Silva, 2022). Segundo Passone e Roncoli (2022), as políticas de *accountability*, termo que se relaciona à prestação de contas, pode gerar consequências negativas e estigmatizantes tanto às escolas públicas quanto aos profissionais (Passone & Roncoli, 2022).

É possível perceber na literatura uma constante crítica à corrente ideológica presente nos governos que influencia as políticas educacionais e gera diferentes possibilidades de gestão educacional, além das mudanças desencadeadas a cada troca de governo. Há uma grande divergência entre os autores, e alguns enxergam com pesar estratégias realizadas pelos órgãos governamentais que, de maneira pejorativa, consideram que a gestão democrática foi substituída pelo gerencialismo. Utilizam expressões como “refém desse modelo” e “política de injustiça”, e lamentam pela perda de autonomia.

Segundo Silva, et al. (2021, p. 8), “fazer o país chegar ao nível dos países desenvolvidos passa a ser uma ‘obsessão pública’”, portanto há uma boa aceitação de políticas que impliquem maior monitorização da educação, gerando controvérsias no mundo acadêmico (Basso, Ferreira & Oliveira, 2022; Borges, Sampaio & Corte, 2021; Lima & Luce, 2022; Passone & Roncoli, 2022).

Críticos apontam para a ausência de estudos científicos que comprovem que o uso dos resultados de uma avaliação externa contribua para minimizar as lacunas existentes na aprendizagem. A padronização dos instrumentos, a responsabilização e uma dita obsessão em se avaliar é questionada, alegando-se que se avalia até mesmo o que não foi ensinado, faltando gestão por parte do Governo para prover uma educação igualitária (Passone, Martins & Rosa, 2021; Passone & Roncoli, 2022).

Dentre os 13 artigos analisados, há uma discordância de posicionamentos sobre a presente temática: quatro relatam a tensão presente na literatura sem emitir uma opinião a respeito, e três pesquisadores ressaltam com ênfase os pontos negativos e demonstram não concordar com a

prática de avaliação externa. Em contrapartida, seis pesquisadores da área declaram que a produção de uma escola eficaz está intimamente ligada à utilização das avaliações em larga escala, as quais visam aos resultados do aprendizado e à garantia sem utopias do direito à educação. Os estudos apresentam o entendimento de que as instituições de ensino, bem como os professores, não têm usufruído dos dados apresentados nas avaliações sistemáticas.

Apesar de todo o tensionismo e das discussões em torno dessa temática cheia de ideologias, conflitos e polêmicas nas políticas educacionais apresentadas na literatura sobre as avaliações em larga escala, ainda está presente a crença de que o uso dos resultados em avaliações externas identifica, por meio dos estudos, o que faz a diferença e pode levar ao advento de casos de sucesso, sendo primordial a formação de uma escola que assegure uma aprendizagem eficaz a todos os estudantes.

Isso não quer dizer que o sucesso escolar depende única e exclusivamente do resultado de uma avaliação externa, pois há vários fatores qualitativos que interferem no processo de aprendizagem. O que se pretende afirmar é que a avaliação de sistemas é uma ferramenta que mostra pontos que carecem de atenção e que, se bem trabalhados, podem minimizar danos e ampliar o nível de proficiência dos alunos (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Calderón & Borges, 2020; Lélis & Hora, 2020; Monte & Vidal, 2020; Passone & Roncoli, 2022; Souza & Silva, 2022).

É importante lembrar que o termo “qualidade” é polissêmico e subjetivo, portanto a complexidade da qualidade educacional não é mensurada por uma avaliação externa, e sim por diversos fatores interescolares e extraescolares, pois, a depender do histórico social da época em questão, o conceito de qualidade é visto considerando todos os envolvidos (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Calderón & Borges, 2020; Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020; Lélis & Hora, 2020). Outros, por sua vez, não as condenam a depender da forma como são empreendidas, sugerindo apenas um aperfeiçoamento. Ou seja, há uma discordância teórica em relação ao surgimento de algumas práticas decorrentes da apropriação e do uso dos resultados das avaliações externas. Na literatura pesquisada, há diversas teorias que visam entender essas distinções conceituais no âmbito da avaliação educacional (Calderón & Borges, 2020).

Há, na literatura analisada, estudos que propõe um Plano de Ação Educacional (PAE) a fim de instigar o uso dos resultados de uma avaliação externa, buscando promover uma cultura de utilização pedagógica dos resultados. Lélis e Hora (2020) publicaram uma pesquisa sobre estudos que identificam fatores que contribuíram para uma melhoria de resultados, bem como que contribuíram para um baixo desempenho, além de fatores que têm influenciado o resultado.

Entre os fatores apontados, estão: uma nova direção escolar; medidas de apoio para alunos que apresentam dificuldades em exames externos; uma rotina escolar bem organizada; e a

integração entre professores, equipe diretiva e alunos e seus familiares. Destaca-se a formação continuada que vise ao aprimoramento constante com ênfase nas avaliações externas, que divulgue e acompanhe os resultados obtidos, além da elaboração de iniciativas para engajamento e estímulos, estabelecendo um sistema contínuo de incorporação de resultados (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Lélis & Hora, 2020; Menezes & Kistemann Junior, 2021).

É necessário salientar um estudo sobre o baixo índice de participação e a interferência de fatores intraescolares. Há vertentes que apresentam a necessidade de um trabalho motivacional quanto à participação do aluno envolvendo a família como parceira desse processo. É notório que existe a necessidade de todos os agentes envolvidos: comunidade, escola, professores, família e alunos, pois atualmente não existe uma cultura de apropriação e utilização dos resultados, apesar de os envolvidos reconhecerem que os dados seriam capazes de cooperar para o trabalho pedagógico, o qual não está sendo realizado ou está sendo ineficiente.

Foi identificado que em algumas instituições escolares que já realizavam avaliação externa os profissionais da unidade não conheciam o desempenho de sua instituição e, conseqüentemente, não utilizavam os dados como instrumento para planejar as aulas. No entanto, os estudos revelaram que há um empenho de pesquisadores que buscam colaborar com a política de avaliação externa sugerindo a utilização efetiva dos resultados por meio de formações, divulgação e monitoramento do desempenho escolar, desenvolvendo a cultura de apropriação dos resultados a fim de propiciar melhorias nos índices de proficiência dos alunos (Borges, Sampaio & Corte, 2021; Kistemann Junior, Menezes & Vilard, 2020; Lélis & Hora, 2020; Silva et al., 2021; Souza & Silva, 2022).

CONCLUSÃO

O objetivo desta a revisão de literatura foi apresentar os principais estudos e as considerações disponíveis sobre a temática do uso dos resultados em avaliações externas para melhoria do desempenho discente, cooperando para a construção de uma base sólida com fundamentos e informações relevantes sobre o tema.

Os estudos revelam que o uso dos resultados de avaliação externa na Educação Básica brasileira é um tema de relevância e impacto na educação do País. Os resultados são utilizados a fim de direcionar políticas públicas, conduzir investimentos e melhorar a qualidade oferecida nas escolas aos estudantes brasileiros. No entanto, foi possível identificar nas publicações uma lacuna quanto a estratégias que estão sendo utilizadas com o fim de melhoria de proficiência e a ausência de um estudo que comprove ou não sua eficácia.

Apesar de toda a tensão, de polêmicas e críticas presentes na literatura que envolvem as avaliações de larga escala, é inegável que estas contribuem para o avanço educacional. Os dados provenientes das avaliações identificam as defasagens e dificuldades enfrentadas nos ambientes educacionais. Com os resultados, é possível orientar planos de ações específicas para solucionar os desafios identificados.

É importante frisar que os resultados de uma avaliação externa precisam ser analisados de maneira reflexiva, evitando a implantação de medidas que buscam mascarar a realidade e oprimindo os agentes envolvidos. É necessário que sejam levados em conta tanto as especificidades do ambiente avaliado quanto o contexto em que se encontram, considerado as necessidades dos estudantes.

Esta revisão de literatura oferece contribuições fundamentais para a área educacional e das avaliações externas da educação básica, destacando a importância da *accountability* e implementação de políticas públicas para o aprimoramento da qualidade educacional. É importante destacar a comunicação entre as partes interessadas, montar ações específicas de intervenção, como o Plano de Ação Educacional (PAE), sensibilização para o uso dos resultados para as instâncias superiores de municípios e estados e a ênfase em estratégias práticas para utilização dos resultados de avaliações externas a partir do apoio e do financiamento para um processo de intervenção nas políticas públicas. No entanto, conflitos nas relações escolares e contradições em políticas educacionais indicam desafios complexos que merecem atenção.

Sugerem-se novos estudos de revisão que apresentem o estado do conhecimento sobre o uso dos resultados de avaliações externas no contexto educacional, bem como estudos empíricos de intervenção nessa direção.

REFERÊNCIAS

- Basso, F. V., Ferreira, R. R., & Oliveira, A. S. de. (2022). Uso das avaliações de larga escala na formulação de políticas públicas educacionais. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, 30(115), 501–519. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902436>
- Borges, R. M., Sampaio, G. de J., & Corte, M. A. M. (2021). Usos dos resultados do SARESP na produção de conhecimento publicada em periódicos científicos nacionais (1996-2018). *Educere et Educare*, 385–403. <https://doi.org/10.17648/educare.v16i40.24314>
- Calderón, A. I., & Borges, R. M. (2020). Avaliação em larga escala na Educação Básica: usos e tensões teórico - epistemológicas. Em *Revista Meta: Avaliação* (Vol. 12, Número 34, p. 28–58). Fundacao Cesgranrio. <https://doi.org/10.22347/2175-2753V12I34.2281>

- Calderón, A.-I., & Borges, R. M. (2020). Avaliação em larga escala na Educação Básica: usos e tensões teórico-epistemológicas. *Meta (Rio de Janeiro, Brazil)*, 12(34), 28–58.
- Kistemann Junior, M. A., Menezes, L. K. S., & Vilardi, L. G. de A. (2020). As possibilidades do uso dos resultados do SPAECE para subsidiar a gestão pedagógica e a aprendizagem discente numa escola de ensino médio no Ceará. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 9(2), 438–455. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v9n2a2020-55092>
- Lélis, L. S. C., & Hora, D. L. da. (2020). Implicações da política de avaliação na produção da qualidade educacional. *Olhar de Professor*, 23, 1–20. <https://doi.org/10.5212/olharprofr.v.23.2020.15537.209209225813.0525>
- Lima, L. F., & Luce, M. B. (2022). Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas – SAVEAL: para ou contra a democratização da/na educação básica? *Revista Práxis Educacional*, 18(49), 1–24. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v18i49.10490>
- Machado, C. (2012). Avaliação Externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. *Revista @mbienteeducação*, 5(1), 70–82. https://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. D. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm.*, 17(4), 758–764. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- Menezes, L. K. S., & Kistemann Junior, M. A. (2021). Plano de Ação Educacional para a formação continuada de professores: uma proposta para o uso pedagógico dos dados do SPAECE. *Boletim Cearense de Educação e História da Matemática*, 8(23), 1268–1283. <https://doi.org/10.30938/bocehm.v8i23.4828>
- Monte, A. L. L. do C., & Vidal, E. M. (2020). Avaliações de larga escala em municípios brasileiros no Catálogo de teses e dissertações CAPES. *Revista Teias*, 21, 101–117. <https://doi.org/10.12957/teias.2020.44105>
- Passone, E. F. K., Martins, A. M., & Rosa, S. S. (2021). Produção Científica sobre avaliação e autoavaliação educacional: interfaces com a gestão escolar. *Revista @mbienteeducação*, 14(3), 580–598. <https://doi.org/https://doi.org/10.26843/v14.n3.2021.1077.p580-598>
- Silva, A. B. da, & Sousa, S. Z. (2022). Motivações para a criação de avaliação educacional em larga escala por municípios brasileiros. *Revista Educação em Questão*, 60(64), 1–24. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2022v60n64id29326>
- Silva, I. M. Da, Najjar, J. N. V., Ladeira, A. M. D. A. S., & Santos, A. C. R. (2021). IDEB e políticas educacionais em quatro municípios da Grande Vitória. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 31(76), 104–133. <https://doi.org/10.18222/eae.v31i76.6908>
- Souza, C. B. De, & Silva, R. Da. (2022). Diálogos sobre avaliação em larga escala e suas implicações no trabalho docente. *Revista Cocar*, 17(35), 1–16. <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar>

Submetido em: 31/05/2023.

Aprovado em: 24/01/2024

Revisões requeridas: 17/10/23

Publicado em: 24/01/2024